



INSTITUTO AUÁ
de emprendedorismo socioambiental

III - OBJETIVOS	12
IV – ÁREA DE ESTUDO	13
V - POPULAÇÃO ATENDIDA	13
VI - METODOLOGIA	1x
VII - EQUIPE	1x
VI - METAS E INDICADORES	1x
IX – RESULTADOS ESPERADOS	1x

I – APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

Dados Cadastrais:

Razão Social: Instituto Auá de Empreendedorismo Socioambiental

CNPJ: 02.371.608./0001-58

Inscrição Estadual: 492.590.639.116

OSCIP: 08071.008.932/2006 -72

Endereço: Rua Erasmo Braga, 801 – Bairro Presidente Altino – Osasco – SP – CEP: 06213-008
Tel. 3681-4133 Cel. 95550-7281

Auá significa “gente” em tupi e para os indígenas inclui todas as pessoas da aldeia relacionadas com seu meio, não existindo separação entre os seres vivos e a natureza.

Apostamos no empreendedorismo que promove impactos positivos na sua cadeia produtiva e no meio ambiente em que estiver inserido, propondo novas formas de organização social e econômica para o bem comum. Acreditamos ser possível transformar realidades por meio da inspiração de empreendedores que fazem a diferença no mundo, e que todo ser humano tem um potencial a ser desenvolvido, podendo se tornar um empreendedor de ações transformadoras.

O Instituto Auá é formado por empreendedores socioambientais, profissionais, voluntários e contribuintes, possui um Conselho de Gestão e Coordenadorias Administrativa-Financeira, de Comunicação e de Planejamento, que são responsáveis pela gestão das suas respectivas áreas no âmbito institucional e dos empreendimentos socioambientais.

Missão - desenvolver o potencial humano e fortalecer empreendimentos socioambientais para a sustentabilidade;

Visão - Ser uma referência multiplicadora de práticas comunitárias, ecológicas, éticas, solidárias, econômicas no Ecomercado e integradas em rede.

Valores - responsabilidade, a sustentabilidade, a transparência, a alegria e a diversidade.

Áreas de Atuação - Conservação Ambiental, Educação Integral, Ecomercado, Agroecologia, Gestão de Resíduos, Serviços Ecossistêmicos, Expressões Culturais e Cinturão Verde de São Paulo.

Histórico

Em 20 anos de atuação, os principais marcos da organização incluem:

1997 – Fundação do Instituto Auá em São Roque com o nome de Associação Holística de Participação Comunitária Ecológica (AHPCE), como fruto do movimento popular de criação da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo (RBCV) e para gestão do projeto financiado pela UNESCO para implantação do Programa de Jovens - Meio Ambiente e Integração Social (PJ-MAIS), voltado à Educação Integral e inserção de jovens do Cinturão Verde no Ecomercado.

1997 a 2005 – Desenvolvimento das ações do PJ-MAIS com formação de 22 Núcleos de Educação Ecoprofissional em 15 municípios, em parceria com diferentes prefeituras municipais e empresas, atendendo mais de 2.000 jovens. Também inicia as ações de Avaliação dos Serviços Ecossistêmicos no âmbito da RBCV em parceria com o Instituto Florestal de São Paulo.

2005 a 2008 – A então AHPCE constitui 4 subsedes (São Bernardo, São Paulo, Osasco, Guarulhos) e diversifica os projetos de base comunitária e ações de formação integral do ser humano e ecomercado,

2008 a 2013 – Além de ações de restauração florestal com neutralização de carbono, rotas turísticas, pesquisas científicas e outras atividades ligadas ao PJ-MAIS e à Avaliação de Serviços

Ecosistêmicos no âmbito da RBCV-SP, foi realizado por 6 anos, em parceria com a prefeitura de Osasco, o projeto Escolinha do Futuro, atendendo semanalmente em média 15.000 crianças do Ensino Fundamental 1 no turno complementar, com equipe de mais de 200 profissionais para atividades esportivas, artísticas e pedagógicas; bem como 3 edições do projeto Recreio nas Férias, atendendo mais de 18.000 crianças da rede pública municipal de educação em 2 semanas com equipe de 800 pessoas.

É também implantada a partir de 2007 a proposta de uma incubadora de empreendimentos socioambientais para formação de um arranjo produtivo local da reciclagem no Distrito Jardim Ângela, em parceria com a ONG Sociedade Santos Mártires, prefeitura de São Paulo, Instituto Camargo Corrêa e Rede América – GIFE.

Nasce em 2009 a Rota Gastronômica do Cambuci, reunindo festivais municipais de promoção do fruto nativo, realizados pelas prefeituras no entorno da Serra do Mar de São Paulo e a então AHPCE é convidada a assumir a coordenação.

Em 2013 se inicia o processo de transformação do modelo organizacional institucional.

2014 a 2021 – A AHPCE muda seu nome para Instituto Auá de Empreendedorismo Socioambiental, muda também missão, visão, valores, causas, e inaugura seus empreendimentos institucionais, conforme a seguir.



Agência de Ecomercado

Promove novos modelos econômicos que tenham como objetivo o impacto positivo de suas atividades, conforme suas causas sociais e ambientais. As iniciativas devem valorizar o potencial humano e a sustentabilidade ao longo do processo produtivo, investindo no uso responsável do patrimônio natural local para seu desenvolvimento.

A Agência de Ecomercado foi constituída em 2014 e atua nas áreas de produção, comercialização e microfinanças, realiza oficinas e projetos de capacitação e incubação de ecoempreendimentos, mobilização de parcerias, formação de arranjos econômicos sustentáveis. Possui também as seguintes Unidades de Negócios:



Empório Mata Atlântica

Com a missão de conservar a Mata Atlântica por meio do Ecomercado, se caracteriza como uma marca comercial para valorização dos produtos sustentáveis nativos da Mata Atlântica com os consumidores. De 2014 a 2017 circulou 90 toneladas de frutos e polpas, além de mais de 200 itens derivados doces, salgados e bebidas de Cambuci e outras espécies nativas no entorno da Serra do Mar de São Paulo.

Pomares Mata Atlântica

Realiza mobilização e engajamento de agricultores, elaboração de Plano de Manejo Agroecológico, capacitação e assistência técnica para restauração do bioma junto ao Ecomercado com metodologia própria de Sistemas Agroflorestais com espécies nativas. Se viabiliza com projetos de editais públicos e privados, neutralização

voluntária das emissões de CO2 e compensação ambiental de empresas. Criado em julho de 2017, mobiliza atualmente produtores para elaboração de Plano de Manejo Agroecológico.

Sabor Nativo

Sabor Nativo
Buffet e Oficinas Gastronômicas

Oferece serviço de buffet e oficinas gastronômicas com a missão de promover o conhecimento e a valorização dos alimentos nativos sustentáveis da Mata Atlântica e outros biomas brasileiros pela população, proporcionando uma experiência gastronômica com a biodiversidade. Desde sua criação em outubro de 2016, atendeu 3.100 pessoas de 12 organizações, com 10 buffets e 6 oficinas.

Box Mata Atlântica e Amazônia no Mercado Municipal de Pinheiros

Inaugurado em março de 2016, é gerida em conjunto com o Instituto ATÁ e Instituto Socioambiental, no âmbito do convênio do Instituto ATÁ com a Prefeitura Municipal de São Paulo para o projeto Conexão Biomas. Propõe acesso aos produtos dos biomas brasileiros para a população através do varejo e gastronomia e envolve mais um boxe para o Cerrado com a Cooperativa Central do Cerrado, um para a Caatinga com o Chef Rodrigo Oliveira e um para o Pampas com o Chef Marcos Livi. O boxe circulou cerca de 300 produtos de mais de 100 produtores de ambos os biomas para milhares de consumidores.



Armazém Biomas

Com a missão de viabilizar logística e comercialização para os produtos do Ecomercado, possui em Osasco desde setembro de 2016 um galpão de 500mts2 com escritório, e desde agosto de 2017 duas câmaras frias de 30 toneladas cada, uma equipe de 4 pessoas fixas e a partir de novembro 4 representantes comerciais externos. Além de trabalhar com os produtos do Empório Mata Atlântica, já trabalhou com produtos da marca Retratos do Gosto, do Instituto ATÁ e produtos da rede de agricultores familiares do Vale do Ribeira, fornecedores da merenda escolar municipal de São Paulo.



Aldeia Educadora



A causa da Educação Integral trabalhada pelo Instituto Auá baseia-se na visão de que o processo de desenvolvimento humano envolve ativamente os diferentes atores de uma comunidade, como jovens, famílias, sociedade civil, governo, setor privado e Conselhos de Direito. A Aldeia Educadora atua com: formação, capacitação, palestras, oficinas e seminários; publicações de materiais pedagógicos e artigos; arquitetura de planos para educação integral; diagnósticos de políticas públicas; tecnologias de avaliação e

implementação de conselhos de direito; fortalecimento de redes de proteção social; mobilização para captação de recursos; planos intersetoriais e planos municipais de educação e implementação de projetos e de educação integral.

Banca Orgânica



Ao facilitar a distribuição de cestas de alimentos orgânicos da agricultura orgânica familiar, a Banca Orgânica promove relações entre cidadãos que se organizam em Coletivos de Consumo e recebem semanalmente uma cesta com 10 itens direto do produtor. A Banca Orgânica apoia produtores rurais assessorando-os no planejamento para infraestrutura de produção agroecológica e também atua com formações para o Consumo Responsável e Alimentação Saudável, por meio de oficinas, palestras e visitas aos sítios produtores. Constituída em 2014, já envolveu 40 produtores, 30 Coletivos de Consumo e mais de 150 consumidores.

Rota do Cambuci



Constituída em 2009, se transformou em empreendimento socioambiental em 2014 e se caracteriza como um movimento que reúne gestores públicos, agricultores, produtores artesanais, pesquisadores científicos, chefs, empresários e sociedade civil no entorno da Serra do Mar para promover a conservação do Cambuci em seu bioma, Mata Atlântica do sudeste, valorizando a cultura e gastronomia local, a agroecologia, o comércio justo e o turismo sustentável.

A Rota do Cambuci possui 4 Frentes de Atuação:

Rota Gastronômica do Cambuci – reúne Festivais Gastronômicos do Cambuci, realizados por prefeituras, produtores culturais e artesanais.

Desde 2009 já envolveu 13 municípios, realizando em média mais de 10 Festivais Gastronômicos anuais, que mobilizam cerca de 40 produtores artesanais e um público circulante de 80 mil pessoas.



Arranjo Produtivo Sustentável do Cambuci e Nativas da MA – Desde 2014 propõe a formação de uma rede de produção e comercialização dos ativos naturais da Mata Atlântica para inserção de mercado e já envolveu cerca de 100 agricultores, 12 beneficiadores, 70 estabelecimentos gastronômicos, 30 de varejo, 7 indústrias e 2 prefeituras municipais com a merenda escolar. A parte comercial e logística é operada pelo Empório Mata Atlântica e pelo Armazém Biomass e a metodologia de plantio e cultivo pelo Pomares Mata Atlântica.



Rede de Pesquisa do Cambuci – reúne pesquisadores científicos de diversas instituições que identificam e analisam propriedades e características do Cambuci para sua conservação e desenvolvimento.

Rota Turística – envolve um roteiro de atrativos turísticos no entorno da Serra do



Mar de São Paulo, em propriedades rurais e estabelecimentos culturais e gastronômicos, a ser implantada.



Certificados e Reconhecimentos

2004 - Prêmio UNESCO pela Rede do Programa de Jovens da RBCV;

2005 - Prêmio Development Market Place do Banco Mundial com o projeto “Treinamento ecoprofissional em zonas periurbanas: conservação ambiental e inclusão social”;

2009 - Prêmio Cambuci Sustentável na 1a Rota do Cambuci;

2016 - 1o lugar no Mesa Aposta entre mais de 60 startups de gastronomia sustentável;

2017 - 2o lugar, entre 130 inscritos de todo o Brasil, no Desafio Ambiental, promovido pela WWF-Brasil, como o melhor projeto em Inovação e Empreendedorismo em Restauração Florestal de Biomas, com o projeto “Potencial das Nativas da Mata Atlântica para fortalecimento do ecomercado e recuperação do Cinturão Verde de SP”.

2017 - 1o lugar, na Categoria Natureza, pelo prêmio Von Martius de Sustentabilidade, realizado pela Câmara de Comércio Brasil-Alemanha, com o projeto “Cambuci, Mata Atlântica e Ecomercado”.

2018 – Finalista na premiação “Prêmio LatinoAmérica Verde 2018”.

II – DIAGNÓSTICO E JUSTIFICATIVA

País com a mais rica biodiversidade mundial, o Brasil conta com cerca de 20% das espécies da flora do planeta. Essa biodiversidade é fonte de imenso potencial econômico e social, além de fundamental para a manutenção dos serviços ambientais, responsáveis pela qualidade de vida, o bem-estar humano e o desenvolvimento de economias sustentáveis.

A Mata Atlântica, que está entre as cinco florestas tropicais mais diversas e ameaçadas do planeta, chegou em pouco mais de 7% de sua cobertura original, e continua sob a ameaça do desmatamento, da fragmentação ou da invasão de espécies exóticas, em várias regiões. Diversos municípios são cobertos por áreas de proteção ambiental e, por isso, convivem com um paradoxo: Como combinar o desenvolvimento econômico com a preservação da natureza?

O SAF (Sistema Agroflorestal) é um conceito técnico que tem como objetivo restaurar áreas deterioradas utilizando o plantio de espécies nativas. O Sistema Agroflorestal é um ótimo programa de recuperação e manutenção hídrica, pois através de restaurações em áreas hídricas degradadas com plantio de novas mudas nativas, se mantém a preservação das nascentes e demais cursos hídricos com suas matas ciliares, favorecendo a produção de água de qualidade em nascentes, rios e riachos com garantia de saúde.

A produção e extração de algumas espécies nativas vem sendo fomentada pelo poder público local, mas ainda existe um grande potencial a ser desenvolvido com a possibilidade

promissora do uso sustentável desses recursos na complementação de renda das famílias.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente, o uso e a comercialização de plantas nativas, ainda pouco inseridas no mercado nacional ou internacional, é uma grande oportunidade a ser desenvolvida no Brasil. Essa riqueza permanece subutilizada no país, particularmente por modelos culturais que privilegiam produtos e cultivos exóticos. Enquanto isso, os mercados mais expressivos do Brasil e do exterior, buscam cada vez mais opções de produtos sustentáveis, fazendo com que as espécies nativas brasileiras ganhem enorme potencial para satisfazer as demandas de mercado, a geração de riquezas e o desenvolvimento local. Na Mata Atlântica há um potencial de espécies que podem ser usadas para alimentação, fármacos e artesanatos (Kinupp & Lorenzi, 2014).

Tendo em vista o processo recente de revalorização das espécies nativas nos polos gastronômicos do país e a fragilidade do vínculo entre as comunidades locais e os produtos nativos, espera-se que esta seja uma oportunidade de gerar novas oportunidades para a abertura de mercados e aumento de renda das populações locais. Assim, verifica-se que diversas espécies nativas possuem grande potencial econômico, mas para aproveitar este potencial, é preciso conhecer os produtores locais, entender o potencial de extração destes recursos e fortalecer a cadeia produtiva, buscando mercado justo, com foco na produção diferenciada de produtos extraídos de forma sustentável e beneficiados de forma justa e solidária.

O investimento no potencial das espécies nativas para gerar riqueza e promover o desenvolvimento local depende basicamente de três fatores: disponibilidade de matéria-prima, investimentos em tecnologia e criação de mercados. A partir desta perspectiva, o Instituto AUÁ criou seu grupo de empreendimentos socioambientais voltados à conservação da Mata Atlântica e dos Biomas brasileiros

Este projeto pretende contribuir com a conservação dos recursos hídricos e fortalecer praticas econômicas através da implantação de sistemas agroflorestais (SAFs) em áreas agrícolas com o cultivo de espécies nativas de valor econômico, consorciados com os cultivos agrícolas, reduzindo impactos negativos sobre os mananciais e ampliando as áreas de cultivo sustentável nas propriedades, oferecendo capacitações e assistência técnica a agricultores rurais para a transição agroecológica, aliando preservação ambiental a desenvolvimento local.

Conforme apontado pelo Relatório de Situação dos Recursos Hídricos - UGRHI 06/2014, importantes poluentes e contaminantes têm como origem as atividades da agropecuária, com a poluição difusa do plantio e uso de pesticidas agregado à água que se infiltra no solo. Este projeto visa ampliar a área de cultivo sustentável, sem a utilização de agrotóxicos, em propriedades rurais.

Mapa Bacia Hidrográfica do Alto Tiete:



Fonte: Portal Sigrh - Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo

A escolha dos municípios de Mogi das Cruzes, Guararema, Biritiba Mirim e Salesópolis justifica-se pela sua localização em áreas de proteção do manancial e a forte presença da agricultura como atividade econômica, praticada através de meios convencionais, com monocultura, utilização de agrotóxicos e exposição do solo, acarretando impactos negativos sobre os recursos hídricos. Destaca-se na região principalmente o cultivo de Eucalipto e criação de gado, sendo o município de Salesópolis ocupado quase que totalmente desta forma, o município de Biritiba Mirim com mais agricultura convencional de hortaliças e Mogi das Cruzes com maior ocupação urbana, porém também grande presença de agricultura convencional de hortaliças e pomares de Caqui. Este modelo de ocupação tem se mostrado predatório em relação aos recursos hídricos e à conservação ambiental de modo geral. Para o proprietário rural, na maioria dos casos, a Mata Atlântica é vista como um problema, pois “as restrições ambientais imobilizam seu principal ativo, a terra”. Por outro lado, alguns produtores dessa região têm mostrado interesse pessoal e econômico no cultivo agroecológico com espécies nativas, porém encontram dificuldade de acesso a informações técnicas sobre o cultivo, especialmente para adubação, fertilidade de solo e controle de pragas e doenças, além de uma dificuldade maior para inserção destes produtos no mercado e geração de fato da renda. É necessário que estes produtores agroecológicos obtenham sucesso de produção e venda para que se constituam como referência e estimulem seus vizinhos à mesma prática.

Com este projeto, pretendemos mapear, mobilizar e capacitar estes produtores adeptos à agroecologia e inseri-los no movimento de valorização e abertura de mercado dos produtos com espécies nativas, principalmente frutos, folhas e sementes.

Atualmente, o Instituto AUÁ de Empreendedorismo Socioambiental articula uma rede de aproximadamente 200 produtores agroecológicos, 15 prefeituras, 10 pesquisadores científicos, 50 estabelecimentos gastronômicos e mercados varejistas, 8 indústrias, Organizações da Sociedade Civil e comunidade simpatizante com mais de 100 mil visitantes nos Festivais da Rota do Cambuci nos municípios do entorno da Serra do Mar, do Vale do Ribeira ao Vale do Paraíba, para promoção e conservação das espécies nativas da Mata Atlântica. Desde 2014, promovemos a circulação de 150 toneladas de frutas nativas do Bioma e alimentos agroecológicos e, com isso, conquistamos maior poder de convencimento dos produtores

sobre a viabilidade da nossa proposta.

Desde 2009 o Instituto Auá articula pequenos produtores destes 3 municípios, apoiando com capacitação técnica, organização coletiva, comercialização e articulação com poder público para realização de Festivais do Cambuci e outras políticas, sendo que o município de Salesópolis já realizou 14 Festivais anuais do Cambuci, Mogi das Cruzes 9 e Biritiba Mirim 1. Basicamente, são pequenos agricultores dos bairros rurais mais tradicionais dos municípios e as principais espécies cultivadas são Cambuci, Uvaia e Juçara. Com este projeto e a metodologia Pomares Mata Atlântica, pretendemos inserir outras espécies, como Grumixama, Cereja do Rio Grande, Caraguatá, Araçá, Jerivá, Cabeludinha, Caraguatá, Pitanga, Jabuticaba, Physalis e outras, que, na sua maioria inclusive apresentam maior potencial de mercado do que as cultivadas, devido a menor acidez e maior nível de vitaminas e minerais.

No período de julho de 2018 a dezembro de 2019 foi realizado pelo Instituto Auá, com financiamento do FEHIDRO, o projeto ““Promoção de Sistemas Agroflorestais de Espécies Nativas da Mata Atlântica em Áreas de Mananciais”, FEHIDRO 2016-AT-COB11 – Processo SMA nº 6.631/2016, nos municípios de Mogi das Cruzes, Biritiba Mirim e Salesópolis. Este projeto teve como principal missão validar a hipótese de que havia produtores interessados no cultivo agroecológico nestes municípios, sendo esta a 1ª experiência do Instituto Auá com mobilização mais efetiva das comunidades rurais para organização produtiva na região, pois até então nossa atuação havia sido mais limitada à organização dos Festivais e reuniões apenas com os produtores já participantes da Rota do Cambuci. Felizmente conseguimos atingir e superar as duas metas principais, de reunir 40 produtores, com um total 100 hectares de área para desenvolvimento de um Plano de Manejo “Pomares Mata Atlântica” e identificamos que há na região mais produtores com interesse no cultivo agroecológico, além dos atendidos pelo projeto, com espécies nativas e com demanda de capacitação. Considerando que a aprovação da prestação de contas deste projeto pela Agente Técnica do FEHIDRO se deu agora em 2021, apresentamos a presente proposta no intuito de dar oportunidade de capacitação para novos produtores. Ressaltamos que os produtores que participaram do projeto anterior, com interesse em capacitação complementar, poderão participar dos encontros, mas não serão considerados como participantes para a meta estabelecida deste projeto.

III - OBJETIVOS

Objetivo Geral

Promover o cultivo agroecológico com espécies nativas nas áreas de manancial para agricultores de Mogi das Cruzes, Guararema, Biritiba Mirim e Salesópolis.

Objetivos Específicos

1. Sensibilizar produtores rurais para a importância e benefícios do cultivo agroecológico, especialmente de espécies nativas com potencial econômico e inscrevê-los no Projeto.
2. Capacitação e apoio no planejamento e estruturação dos SAFs com os produtores

parceiros mobilizados.

3. Desenvolvimento do mercado de produtos nativos sustentáveis da Mata Atlântica.

IV – ÁREA DE ESTUDO

Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental da APRM ATC

O PDPA - Plano de Desenvolvimento e Proteção Ambiental da APRM ATC é um documento que reúne um diagnóstico e possíveis cenários para a conservação dos recursos hídricos na APRM ATC, assim como indica diretrizes, prioridades, critérios e ações para a APRM ATC.

No capítulo 3. Cenários de Modelagem, mostra-se que nesta região, a carga difusa rural, sobretudo resultante do impacto de atividades agrícolas, é bastante elevada, havendo uma importância peculiar para que encontra situação similar em outras bacias hidrográficas produtoras de água para o abastecimento metropolitano. Tal cenário foi diagnosticado pelo estudo “Avaliação de Poluição Proveniente de Fontes Difusas na Área de Influência do Sistema Produtor Alto Tietê - SPAT – Reservatórios Taiaçupeba, Jundiá, Biritiba-Mirim, Ponte Nova e Paraitinga” (SÃO PAULO, 2016).

Este estudo apresenta entre suas principais conclusões que:

- **As concentrações de poluentes em eventos de chuva são sistematicamente maiores do que as concentrações em tempo seco em uma mesma bacia.**
- **As concentrações com maior atividade antrópica são aquelas que geram a maior quantidade de cargas poluidoras específicas, quaisquer que sejam os parâmetros analisados.**
- **Os volumes de escoamento superficial representaram cerca de 30% do volume total escoado nas bacias monitoradas**
- **A atividade agrícola é a responsável pelo maior aporte de cargas dentre os usos estudados (geração média anual de 206 kg/dia, correspondente a 55% da carga total gerada).**

No capítulo **4. “DIRETRIZES GERAIS E SETORIAIS”**, são descritas as diretrizes de planejamento que estabelecem a indicação de condutas consentâneas às condições observadas na APRM ATC, objetivando fundamentar a implantação dos programas direcionados à obtenção da meta de qualidade ambiental definida na Lei Específica vigente (nº15.913/2015).

No quadro a seguir, relacionamos os SETORES e as DIRETRIZES GERAIS para a APRM ATC (segundo SSRH, 2016).

Quadro 1 – Proposta de Diretrizes Gerais e Setoriais para a APRM ATC

SETOR	Diretriz
Geral	Manter a integridade das APPs, dos remanescentes de Mata Atlântica e Unidades de Conservação
	Promover ações de educação ambiental
	Estabelecer as condições e os instrumentos básicos para potencializar, assegurar e ampliar a produção de água em quantidade e qualidade para abastecimento da população, com o objetivo de promover a preservação e recuperação dos mananciais do Sistema Produtor Alto Tietê
Atividade Agrícola	Fomentar a prática de técnicas agrícolas que não comprometam a qualidade ambiental
	Adotar boas práticas agropecuárias no uso de recursos naturais (água e solo)
	Garantir condições para desenvolvimento da agricultura orgânica, do mercado hortifrutifloral e do artesanato local
	Adotar procedimentos operacionais específicos para o aproveitamento das águas de chuvas e para o uso racional e a proteção da qualidade da água
	Criar programas de fomento, apoio e assessoria ao manejo do uso e conservação do solo, ao agronegócio sustentável e as atividades rurais não impactantes, criações especializadas e baixa geração de cargas poluidoras
	Promover a adequação legal das propriedades rurais e do agronegócio
	Ampliar os serviços de assistência técnica e extensão rural e capacitação de produtores
Cobertura Vegetal, Áreas Protegidas e Turismo Sustentável	Incentivar, regularizar e monitorar as atividades de turismo sustentável, lazer, recreação e pesquisa na bacia, para evitar os impactos negativos oriundos da realização desregulada destas atividades
	Promover a conscientização da população para a preservação destas áreas
	Desenvolver programas de turismo sustentável com bases comunitárias

No Capítulo 4.1 do PDPA, denominado “Diretrizes de Ordenamento Territorial”, são descritas as diretrizes e parâmetros das áreas de intervenção da APRM ATC.

No caso do nosso projeto, as ações se concentrarão na **SCA – Subárea de Conservação Ambiental**, que corresponde “às localidades estritamente rurais, ocupadas predominantemente com cobertura vegetal natural ou com usos agropecuários, compatíveis com a produção de água”, para os quais são apontadas as seguintes diretrizes para o planejamento e a gestão:

- Criar programas de fomento, apoio e assessoria ao manejo do uso e conservação do solo, ao agronegócio sustentável e atividades rurais não impactantes, criações

especializadas e baixa geração de cargas poluidoras;

- Incentivar ações de turismo e lazer, inclusive com aproveitamento dos equipamentos e instalações existentes.
- Ampliar áreas de especial interesse de preservação para uso em programas de compensação ambiental de empreendimentos.
- Incentivar ações e programas de manejo de flora e fauna, recuperação e conservação da cobertura vegetal nativa.

No capítulo 5. PROGRAMAS, PLANOS E PROJETOS do PDPA, identificamos diversas ações serão apoiadas por nosso projeto.

Dentro do programa 5.5. “Programa de Recuperação e Preservação Ambiental” do PDPA da APRM ATC, temos as seguintes ações e metas:

Ação 1. Programa de Controle de Carga Difusa Rural

Conforme já destacado, especificamente no território da bacia hidrográfica ATC, o peso médio das cargas difusas rurais é muito grande, sendo na média superior ao das cargas urbanas. Assim, considera-se que para “a redução dessas cargas difusas em proporções consideráveis é imprescindível o manejo agrícola em novas bases técnicas e de investimento”

Ação 3. Expansão de Unidades de Conservação e Recuperação de Áreas Prioritárias

Metas:

- Curto Prazo: estudar e adotar estratégias de preservação do meio ambiente.
Médio Prazo: repovoamento vegetal de áreas e conectividade de áreas preservadas.

Ação 4. Estabelecimento de meta legal para a expansão de áreas de vegetação nativa

Metas:

- Curto Prazo: Mogi das Cruzes – 46%, Paraibuna – 35%, Ribeirão Pires – 41%, Suzano – 33%, Biritiba Mirim e Salesópolis manutenção dos percentuais atuais.
- Médio Prazo: Mogi das Cruzes – 48%, Paraibuna – 40%, Ribeirão Pires – 43%, Suzano – 36%, Biritiba Mirim e Salesópolis manutenção dos percentuais atuais.
- Longo Prazo: Mogi das Cruzes – 50%, Paraibuna – 45%, Ribeirão Pires – 45%, Suzano – 40%, Biritiba Mirim e Salesópolis manutenção dos percentuais atuais.

Ação 5. Desenvolvimento agrícola sustentável

Na ação 5, é apontada a necessidade de “preservação da **APRM ATC** para a garantia do abastecimento público de água, dentre outros usos importantes para a sustentabilidade da economia da RMSP”. Destaca-se “o fomento de práticas agrícolas familiares sustentáveis por sua compatibilidade com a manutenção da qualidade ambiental na bacia, aportando alternativas de geração de renda à população local e inibindo o abandono das áreas rurais de baixa densidade.”

Nesse sentido, são estabelecidas as Metas:

- **Curto Prazo:** identificação dos pequenos produtores que se enquadram como agropecuária sustentável ou aqueles que têm potencial para enquadramento futuro.
- **Curto Prazo:** orientação a esses produtores do alcance de benefícios previstos pelo Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica.

5.6. Programa Integrado de Educação Ambiental

Dentro da componente **5.6**, é apresentado que “Há a necessidade, nesse programa, de agir pró-ativamente na disseminação do conhecimento sobre o manancial e seus recursos naturais”. Destacamos algumas ações e metas para o qual nosso projeto contribuirá:

Ação 2. Ações de Comunicação e Educação Ambiental na APRM ATC

“Dada a importância da **APRM ATC** na produção de água para consumo humano na RMSP, é importante realizar uma abordagem de comunicação e de educação ambiental voltada para o reconhecimento atribuições desse território. Recomenda-se ainda que as ações não se restrinjam unicamente à porção territorial dos municípios inseridas dentro do manancial; além disso, deve-se considerar a abordagem para as localidades de seu entorno. Assim, sugere-se que as escolas inseridas na APRM e àquelas situadas nas proximidades de seus limites territoriais promovam ações que incorporem os conceitos de preservação dessa área em suas atividades.”

Lei 15.913 DE 2015

Considerando a **Lei Estadual Nº 15.913, de 02 de outubro de 2015**, que “Dispõe sobre a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais do Alto Tietê Cabeceiras - APRMATC, suas Áreas de Intervenção, respectivas diretrizes e normas ambientais e urbanísticas de interesse regional para a proteção e recuperação dos mananciais”, observamos que o presente projeto contribui para a consecução de diversos dos seus objetivos e artigos.

Destacamos os trechos (em itálico) dentro dos artigos dessa Lei, para os quais nosso projeto contribui:

“Artigo 3º - São objetivos desta lei:

... **V**- integrar os programas e políticas regionais e setoriais, especialmente aqueles referentes a habitação, uso do solo, transportes, saneamento ambiental, infraestrutura, educação

ambiental, *manejo de recursos naturais, agronegócios sustentáveis e geração de emprego e renda, necessários à preservação do meio ambiente.*

X - *Incentivar a implantação de atividades compatíveis com a preservação, conservação, recuperação e proteção dos mananciais;*

XIII - *manter a integridade das Áreas de Preservação Permanente, dos remanescentes de Mata Atlântica e Unidades de Conservação, de forma a garantir a proteção, conservação, recuperação e preservação da vegetação e da diversidade biológica natural;*

XVI - *promover a preservação, conservação, manutenção e recuperação dos recursos naturais, que propiciam a manutenção dos serviços ambientais disponibilizados à sociedade, visando à melhoria da qualidade de vida e ambiental, estimulando a instituição de mecanismos de compensação financeira aos proprietários de áreas prestadoras de serviços ambientais, baseados na concepção da relação protetor-recebedor;*

XVIII - *disciplinar o uso e ocupação do solo, de maneira a adequá-los aos limites de cargas poluidoras para o atendimento da meta de qualidade da água, e às condições de regime e produção hídrica do manancial;*

XIX - *compatibilizar o desenvolvimento socioeconômico com a proteção e recuperação do manancial;*

XX - *promover ações de educação ambiental.*

Artigo 7º - Para o atendimento das metas de qualidade da água, devem ser consideradas, mediante atuação pública coordenada, as ações relacionadas:
II - *ao desenvolvimento de ações de prevenção e recuperação ambiental;*

Artigo 41 - Na APRM-ATC serão adotadas medidas destinadas à redução da carga poluidora difusa, transportada pelas águas pluviais afluentes aos corpos receptores, compreendendo:
V - *promoção de boas práticas agropecuárias no uso do solo ou sistemas de produção certificada, que contribuam para a preservação ou conservação da quantidade ou da qualidade dos recursos hídricos;*

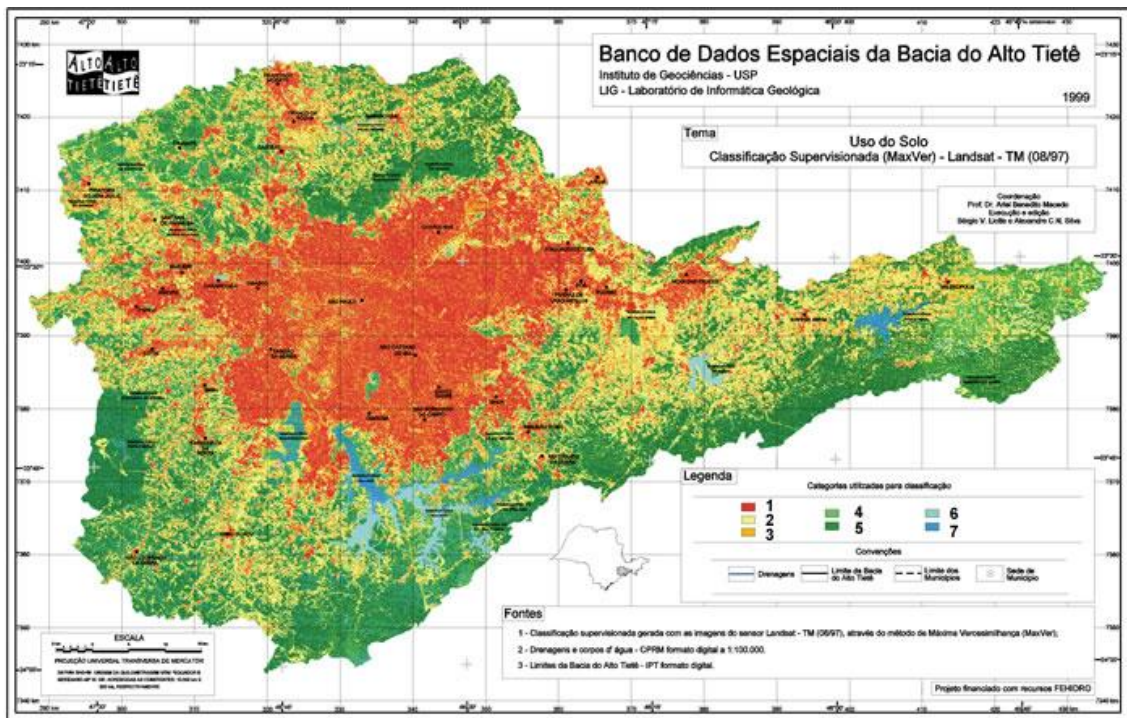
VIII - *ações permanentes de educação ambiental, direcionadas à informação e à sensibilização de todos os envolvidos na recuperação e manutenção da qualidade ambiental da APRM-ATC;*

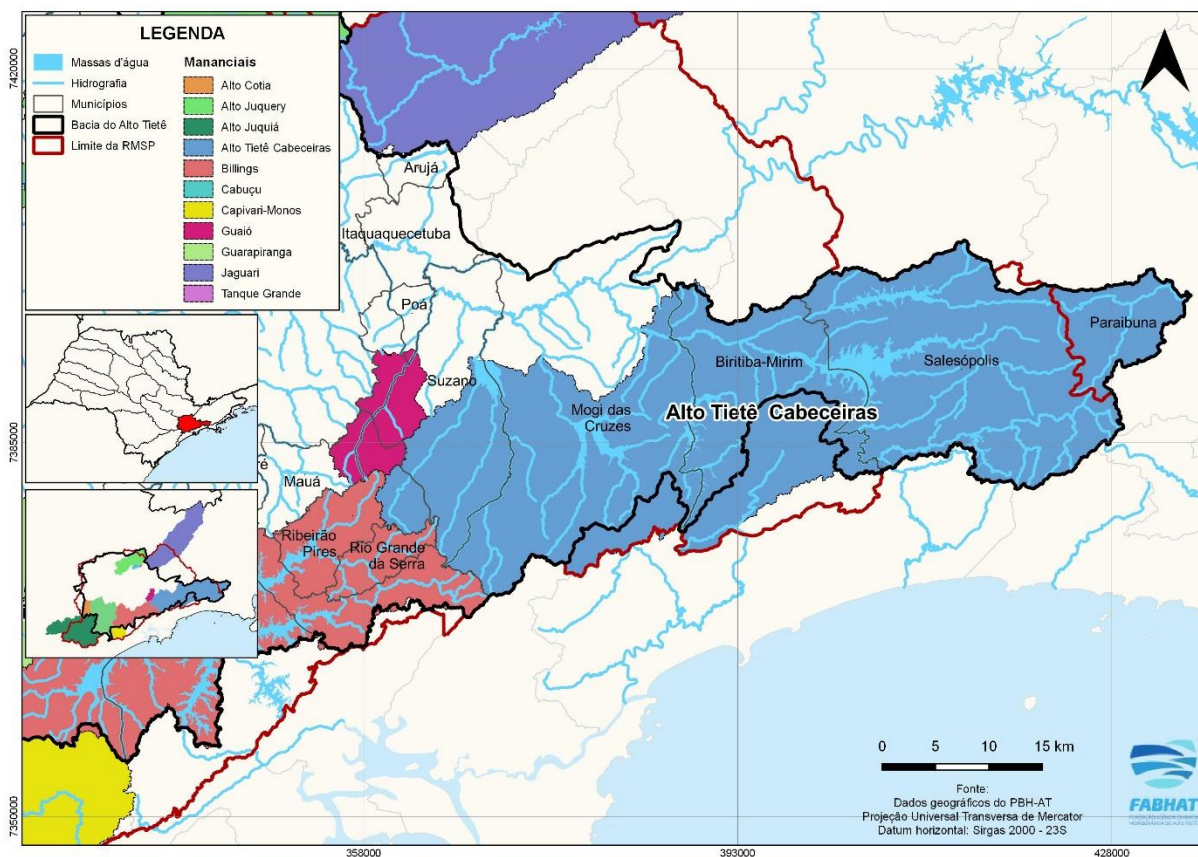
IX - *adoção de programas de gerenciamento da captação e aproveitamento das águas de chuvas, uso racional e reuso da água*

Assim, considerando a importância da restauração ecológica e da utilização do solo com sistemas agroflorestais para a produção e melhoria da qualidade da água na Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais do Alto Tietê Cabeceiras - APRMATC, entendemos a importância em estabelecer ações que dêem suporte aos proprietários de terras favoráveis a promover tais mudanças no uso de suas terras.

Reiteramos ainda o entendimento de que tais ações devam ser feitas com um ótimo embasamento técnico, tanto como forma de tornar economicamente viáveis tais mudanças de uso da terra, como para criar casos de sucesso que ganhem replicabilidade na região.

Apresentamos a seguir alguns mapas da região:





V – POPULAÇÃO ATENDIDA

De acordo com dados do IBGE, o município de Mogi das Cruzes é composto por mais de 400 mil habitantes, Guararema 30 mil habitantes, Biritiba Mirim 30 mil habitantes e Salesópolis 15 mil habitantes. Com este projeto pretendemos atender:

Diretamente: 80 produtores rurais em áreas de mananciais dos municípios de Mogi das Cruzes, Guararema, Biritiba Mirim e Salesópolis participantes das oficinas de Sensibilização e 32 participantes das capacitações, além de 3 mil participantes dos Festivais municipais.

Indiretamente: Associações e Sindicatos de produtores rurais, gestores públicos, indústria e empresas gastronomia, varejo e turismo, especialmente do Alto Tietê e Região Metropolitana de São Paulo e população em geral atingida pelas mídias relacionadas às atividades do projeto, cerca de 10 mil pessoas.

VI - METODOLOGIA

6.1 – FRENTE DE ATUAÇÃO

O plano de trabalho contemplará quatro Frentes de Atuação, descritas a seguir:

6.1.1 - Identificação de Produtores e Áreas Agrícolas em Áreas de Mananciais

O projeto terá início com a participação da equipe técnica em reuniões e espaços de organizações locais e regionais de articulação social, com foco no desenvolvimento local sustentável, organizações de agricultores e órgãos públicos locais ligados à agricultura e meio ambiente, para apresentação e divulgação dos propósitos e das atividades a serem realizadas.

Inicialmente, serão levantados os dados de identificação dos produtores locais, das empresas existentes na região como potenciais apoiadores, identificando também como os produtos nativos são comercializados nas regiões e quais são os desafios e potencialidades existentes. Serão considerados também os aspectos como os tipos de manejo utilizado (convencional ou agroecológico), o mercado local e regional e os potenciais a serem desenvolvidos para geração de renda aliada à sustentabilidade. Em seguida, serão produzidos 300 cartazes A3 e 3.000 folders de convite para os produtores participarem do Projeto.

Esta Frente terá duração de três meses, sendo que nos últimos 45 dias serão realizadas 6 oficinas de apresentação do projeto e sensibilização sobre a agroecologia e cultivo de espécies nativas com fins econômicos. Estas oficinas serão realizadas prioritariamente em espaços das associações comunitárias dos bairros onde houver maior manifestação de interesse de adesão, podendo ser realizadas também em salas das escolas municipais, ou outros espaços físicos com estrutura adequada para receber o grupo.

Além de apresentar o projeto, suas etapas, metas e resultados esperados, para adesão de participantes, estas oficinas tem por objetivo a sensibilização dos agricultores sobre a importância e vantagens do cultivo agroecológico, alertando sobre os danos provocados pelos tipos de agroquímicos usados por eles na agricultura, mostrando os benefícios de fazer plantios ecologicamente saudáveis. Neste sentido, também poderão participar destas oficinas os produtores que ainda utilizam técnicas convencionais de cultivo. Todos os participantes deverão preencher um formulário indicando os tipos de cultura (plantios) realizados, usos de insumos agrícolas (adubos, agrotóxicos, entre outros) e os tipos utilizados, bem como doenças que os agricultores possam ter desenvolvido, e que estejam relacionadas com o uso dos agrotóxicos (trabalhadores diretos ou seus familiares). No caso de haver um número maior de produtores interessados, do que as vagas disponíveis, estes serão classificados de acordo com: maior histórico de cultivo de espécies nativas na sua propriedade; ordem de inscrição; maior histórico de liderança local na promoção do cultivo com espécies nativas; e maior proporção de área de interesse para desenvolvimento de Pomares Mata Atlântica.

Cada grupo formado deverá conter pelo menos 8 participantes.

6.1.2 - Capacitação Técnica Agroecológica

A Frente de capacitação será realizada durante os últimos nove meses, através de 9 oficinas para cada grupo municipal e visitas in loco nas propriedades.

As capacitações pretendem incentivar a produção agroecológica, estimulando a substituição de técnicas agrícolas convencionais para a utilização de técnicas agroecológicas e

sustentáveis, potencializando a cadeia produtiva de espécies nativas comercializáveis, aliando geração de renda, proteção ambiental e segurança alimentar. Os produtores receberão orientação personalizada para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Agroecológico para implantação de ações sustentáveis em suas propriedades, por meio de um diálogo compartilhado sobre conteúdos e técnicas.

O conteúdo destas capacitações é baseado na experiência do Instituto Auá em ações anteriores, inclusive o projeto anterior financiado pelo FEHIDRO na mesma região. Os conteúdos e abordagem poderão ser modificados/ter diferentes ênfases para agricultores que já participaram de capacitações anteriores pelo AUA, aprofundando os assuntos que se mostraram de maior relevância e trazendo novas técnicas. Para novos grupos que almejamos alcançar, as oficinas abrangerão temas mais básicos, partindo da sensibilização em relação aos problemas da agricultura convencional e potencialidades da agroecologia. De forma geral, deveremos contemplar os seguintes:

- Limitações e riscos do paradigma da agricultura convencional/Agroquímica;
- Legislação Ambiental, de certificação orgânica;
- Transição Agroecológica, estratégias e planejamento da propriedade;
- Conceitos e princípios básicos da Agroecologia e Sistemas Agroflorestais;
- Escolha da área e preparação do solo;
- Fertilidade em sistemas Agroecológicos, Adubação Orgânica, Biofertilizantes, Compostagem e técnicas e manejo regenerativas;
- Controle natural e biológico de pragas e doenças;
- Produção de sementes e mudas;
- Planejamento de sistemas Agroflorestais, consórcios, sucessão e estratificação;
- Conservação do solo, preparo do solo e Plantio (berço, espaçamento, tipo de solo);
- Tipos de irrigação para o uso racional de água (micro aspersão, gotejamento, irrigação por inundação e por sulcos, e outros) e técnicas para gestão da água na propriedade;
- Tipos, práticas e desenhos de Sistemas Agroflorestais e o modelo biodiverso Pomares Mata Atlântica com espécies nativas;
- Manejo de SAFs: Técnicas de poda, manejo da matéria orgânica, etc.;
- Planejamento financeiro de SAFs.

Serão necessários os seguintes equipamentos, previstos na planilha orçamentária, para realização das capacitações: materiais de escritório, moto-poda com extensão, escada de alumínio de 6 metros e triturador de resíduos.

Para garantir maior participação dos inscritos nas capacitações, os encontros de capacitação serão realizados em um local por município, que seja mais próximo e de fácil acesso aos inscritos, como salas de associações de produtores, associações comunitárias, ou órgãos públicos, definidos pela equipe do projeto após o período de sensibilização e inscrição. Além disso, será fornecido certificado de conclusão somente aos produtores com mais de 75% de frequência. Ao final de cada capacitação, os participantes deverão preencher um formulário de avaliação, indicando o nível de aprendizado adquirido, a relevância da informação para sua atividade agrícola e como pretende adotar as práticas agroecológicas aprendidas.

Estes encontros servem também para interação entre os produtores participantes e formação de um grupo social com poder de pressão política sobre os governantes locais para promoção e políticas públicas voltadas às propostas do projeto.

Além das capacitações em grupo, serão realizados encontros individuais de Assistência Técnica e Extensão Rural. Com visitas presenciais às propriedades, com média de 2 a 4 horas cada visita.

6.1.3 - Abertura de Mercado

A fim de abrir novos mercados para a comercialização de espécies nativas da Mata Atlântica e seus derivados, pretendemos realizar a mobilização de estabelecimentos gastronômicos, de varejo e hotelaria da região, além de indústrias e prefeituras para merenda escolar.

Nos três primeiros meses, será realizado um levantamento de potenciais parceiros compradores na região, com pelo menos 30 novos contatos por mês. Do 4º ao 6º mês, será realizado um diagnóstico dos produtores, as condições de produção e capacidade de fornecimento e produziremos um Plano Comercial de 12 meses, indicando as categorias de produtos, nichos de mercado e expectativas de vendas mensais. Do 7º ao 12º mês do projeto, vamos então promover a efetivação da comercialização dos produtos, visando formar um grupo de compradores e revendedores dos produtos. Para tal, serão produzidos 2.000 folders de apresentação dos produtos e do Projeto, para serem apresentados aos comerciantes e indústrias da região.

Adicionalmente, para empresas de maior porte e para os setores responsáveis por merenda escolar dentro e fora da região, prevemos o envio de amostras de frutas e polpas de frutas nativas congeladas, junto com fichas técnicas e demais informações, visando a abertura de mercados de maior escala.

O Instituto Auá, via Empório Mata Atlântica, já possui uma rede de parceiros consumidores de produtos provenientes de espécies nativas, associados aos Arranjos Produtivos Sustentáveis da Rota do Cambuci. São parcerias importantes para garantir a comercialização e escoamento da produção realizada de maneira ecológica e sustentável. São exemplos:

- ❖ Em parceria com o Instituto ATÁ, temos um Box no Mercado Municipal de Pinheiros, em São Paulo, para a comercialização de alimentos e produtos sustentáveis dos biomas Mata Atlântica e Amazônia, inaugurado em março/2016. Instituto ATÁ fundado pelo Chef Alex Atala, um dos 100 chefs mais influentes do mundo, com o objetivo de valorizar os ingredientes locais ou o que se chama de gastronomia sustentável: ingredientes que fazem a diferença no sabor, são saudáveis para quem cozinha, para quem come e para quem produz.
- ❖ O Slow Food é uma associação internacional sem fins lucrativos em 1989. Atualmente conta com mais de 100.000 membros e tem Comunidades do Alimento em mais de 130 países. O princípio básico do movimento é o direito ao alimento bom, limpo e justo, utilizando produtos artesanais de qualidade especial, produzidos de forma que

respeite tanto o meio ambiente quanto as pessoas responsáveis pela produção. Desde 2017, o Instituto Auá está à frente da Comunidade do Alimento do Cambuci e Mata Atlântica.

- ❖ E o Programa Mercado Mata Atlântica, da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, que visa identificar, qualificar e promover produtos, serviços e negócios sustentáveis do Bioma. Vem sendo estruturado com o apoio do Projeto Aliança para o Consumo Sustentável, patrocinado pela União Europeia.

6.1.4 – Festivais do Cambuci e da Mata Atlântica

Está prevista a realização de 3 Festivais, sendo um em cada município, envolvendo agricultores participantes deste projeto e produtores artesanais de derivados, como doces, bebidas e salgados com as espécies nativas da Mata Atlântica, participantes da Rota Gastronômica do Cambuci. A princípio estes Festivais deverão acontecer nos últimos meses do projeto, sendo um por mês; no entanto, estas datas podem variar conforme calendário de eventos dos municípios e possibilidades de apoio de parceiros.

Destacamos que para viabilizar a infraestrutura, serão orçadas e contratadas empresas especializadas em locação para eventos, sendo uma para fornecimento de Palco, som e iluminação e outra para fornecimento de Tendas, mesas e cadeiras, sendo realizado um contrato de locação por evento.

6.2 - CRONOGRAMA:

Metas	Mês											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1.1. Divulgar a proposta da agroecologia e cultivo de espécies nativas												
1.2. Formar uma turma de no mínimo 10 produtores rurais em cada município												
2.1. Realizar 9 oficinas de capacitação técnica em agroecologia com cada grupo												
2.2. Realizar visitas de ATER												
3.1. Produzir folders impressos de divulgação												
3.2. Divulgar os produtos e produtores de espécies nativas para potenciais parceiros comerciais												
3.3. Criar uma página-web do projeto e produzir postagens nas mídias sociais												
3.4. Realizar um Festival do Cambuci e Mata Atlântica nos 3 municípios												

6.3 - AVALIAÇÃO DE RISCOS:

Apontamos a seguir alguns riscos referentes à implantação e execução do projeto com algumas estratégias de minimização ou equacionamento:

- Condições desfavoráveis internas: dificuldade de acesso aos produtores locais e falta de interesse dos produtores locais.
- Condições desfavoráveis externas: desenvolvimento de novas variantes da COVID-19 e extensão do isolamento social até 2022 e 2023 e dificuldade de armazenagem e transporte para o escoamento da produção.
- Condições favoráveis internas: disponibilidade e diversidade de recursos naturais; possibilidade de melhorar a geração de renda local.
- Condições favoráveis externas: Mercado consumidor aberto para produtos naturais extraídos de forma sustentável, principalmente através das parcerias existentes junto ao Instituto Auá e o Empório Mata Atlântica.

Para reduzir o risco de falta de inscritos no projeto, a articulação para mobilização será realizada a partir de contatos e indicações de produtores locais, que já fazem parte da Rota do Cambuci e/ou são parceiros do Instituto Auá, participaram de projetos e capacitações anteriores e conhecem os territórios e as comunidades na sua região, bem como de outras organizações locais que já articulam os produtores nos municípios e também são adeptas à causa da agroecologia com espécies nativas. Em relação ao distanciamento social por conta do COVID-19, considerando que neste mês de julho de 2021 já está sendo realizada a vacinação das pessoas com mais de 40 anos e que a maioria absoluta dos produtores está acima desta idade, não vemos mais isso como um grande risco, porém, havendo caso de interessados em participar e que ainda não estejam vacinados, será oferecida a possibilidade de participação online, com gravação da aula em ferramenta como o Zoom e disponibilizada tanto para acompanhamento ao vivo, quanto posterior.

Destaca-se também que no decorrer do projeto os resultados esperados serão acompanhados pela equipe de gestão de projetos, junto a equipe técnica, por meio de processos de monitoramento, que envolvem a orientação da equipe técnica por meio de reuniões periódicas, relatoria, e avaliação dos dados quantitativos e qualitativos que complementem a leitura dos cenários locais e ajudem nas estratégias de campo e nas tomadas de decisão.

VII - PARCERIAS

Contaremos de início, com o apoio das instituições:

- ONG TNC, a qual atua na bacia hidrográfica e é uma grande articuladora de ações e instituições em torno da restauração ecológica e recursos hídricos;
- Cooperativa CAMAT, sediada em Salesópolis. fundada em 1991, a qual inclui mais de

200 agricultores familiares, e que tem sido parceira do AUA a diversos anos;

- Núcleo Padre Dória do Parque Estadual da Serra do Mar, inserido no território, e que tem sido parceira do AUA em diversas ações nos últimos anos.

Estas 3 parcerias serão estratégicas para o projeto, apoiando a divulgação, mobilização, além de ceder espaços para a realização de atividades.

Os contatos com as prefeituras dos 4 municípios, bem como com Sindicatos Rurais, SEBRAE, SENAR, Associações de Produtores e outros, serão realizados nos primeiros 45 a 60 dias do projeto e poderão ser formalizadas neste período.

Ademais, realizaremos contatos principalmente de forma direta com os produtores, a partir de indicação de outros produtores já parceiros do Instituto AUA.

Destacamos ainda que o Instituto Auá já estabeleceu parcerias anteriores com a prefeitura de Mogi das Cruzes e Salesópolis e Biritiba Mirim, com a realização dos Festivais do Cambuci e mobilização de agricultores agroecológicos.

VIII - EQUIPE

Equipe do tomador - CONTRAPARTIDA

NOME	FORMAÇÃO	EXPERIÊNCIA	FUNÇÃO	DEDICAÇÃO
Gabriel Menezes	Geografia, pela Universidade de São Paulo; Economia Solidária e Gestão de Projetos, por diversas instituições	Atua desde 2002 como gestor de projetos socioambientais, voltados à conservação dos recursos naturais e geração de trabalho e renda com comunidades da região da macro metrópole de São Paulo. É empreendedor do Instituto Auá, na Rota do Cambuci e Agência de Ecomercado	Coordenador Geral	4 horas mensais por 12 meses
Angela Vacarella Ponchelli	Gestão de Qualidade e administração de organizações do 3º setor	Há mais 8 anos trabalha com assessoria à implantação e gestão da qualidade, especialmente ISO 9001 e 14001, administração e finanças e gestão de projetos no 3º setor	Assessora Adm-Financeira	24 horas mensais por 12 meses
Ana Cecília Bruni	Secretariado, pela ETEC Paula Souza; Design de Multimídia, gestão de Comunicação e Gestão de Eventos, pela Faculdade de Comunicação e Artes SENAC	Experiência: atua há 14 anos nas áreas de marketing, eventos e comunicação no segundo e terceiro setores, em instituições como Greenpeace, Sell Propaganda, Ambiental Litoral Norte, Mercedes-Benz e Baker & McKenzie, com pós-graduação em Gestão da Comunicação Integrada, no SENAC	Produtor Cultural	48 horas por evento

Equipe a ser contratada com recursos do FEHIDRO

FORMAÇÃO	EXPERIÊNCIA	FUNÇÃO	DEDICAÇÃO
Gestão de Projetos, administração	Pelo menos 5 anos de experiência em apoio à gestão e execução de projetos, com pelo menos 4 projetos realizados	Assistente Executivo	100 horas mensais por 12 meses
Mestrado, ou Doutorado em Biologia, Agronomia, Engenharia Florestal, ou Agroecologia	Pelo menos 10 anos de experiência com mobilização e capacitação de agricultores	Técnico de Campo - Sênior	80 horas mensais por 12 meses
Técnico Agropecuário, Bacharel em Biologia, ou Agronomia	Pelo menos 5 anos de experiência com mobilização e capacitação de agricultores	Técnico de Campo - Pleno	80 horas mensais por 12 meses
Marketing, administração, ou cursos específicos de venda	Pelo menos 5 anos de experiência com comercialização de produtos agroecológicos e da sociobiodiversidade	Técnico Comercial	80 horas mensais por 12 meses
Comunicação, Design, Publicidade, ou áreas afins	Experiência comprovada com catálogo de Desenvolvimento da página web do projeto, dos materiais gráficos e da arte e posts nas redes sociais	Assistente de Comunicação	32 horas mensais por 12 meses

Os profissionais serão remunerados mensalmente, mediante apresentação de relatório técnicos indicando o cumprimento das metas e dos resultados

VI – METAS, AÇÕES E INDICADORES

Objetivo Específico 1		
META	AÇÃO	INDICADOR
1.1. Divulgar e sensibilizar sobre a proposta da agroecologia e cultivo de espécies nativas para 80 produtores rurais, divididos em 6 oficinas de 4 horas, do 1º ao 3º mês do projeto	Produzir e distribuir material de divulgação; Articular organizações para contribuir na divulgação; Definir locais para realização das oficinas; Realizar as oficinas;	material de comunicação produzido, listas de presença das oficinas, registros fotográficos e relatório técnico
1.2. Formar uma turma de no mínimo 8 produtores rurais em cada município do Projeto, no 3º mês do projeto, para participarem das capacitações técnicas em agroecologia	Inscrever participantes para as capacitações.	fichas de inscrição no projeto
Objetivo Específico 2		

2.1. Realizar 9 oficinas de capacitação técnica em agroecologia e cultivo consorciado de espécies nativas da Mata Atlântica com cada uma das 4 turmas constituídas, do 4º ao 12º mês do projeto	Revisar e formatar o Plano de Aulas; Definir locais para realização das oficinas; Gerir a comunicação com os inscritos; Realizar as oficinas; Realizar a avaliação e certificação.	material pedagógico produzido para as oficinas, listas de presença das oficinas, registros fotográficos, relatório técnico e ficha de avaliação indicando nível de aprendizagem e relevância dos temas abordados
2.2. Realizar no mínimo 3 visitas de Assistência Técnica e Extensão Rural na propriedade agrícola de cerca de 32 produtores rurais participantes das oficinas de capacitação e outros da região, do 4º ao 12º mês do projeto	Gerir a comunicação com os inscritos; Agendar as visitas técnicas; Realizar as visitas técnicas; Realizar as orientações técnicas;	Ficha de Vista de Campo preenchidas, relatórios técnicos, registros fotográficos e ficha de avaliação, indicando práticas agroecológicas incorporadas e a incorporar
Objetivo Específico 3		
3.1. Produzir 10.000 folders impressos de divulgação dos produtores rurais envolvidos no projeto e seus produtos, para serem distribuídos em associações comerciais e industriais, estabelecimentos gastronômicos, de varejo e hotelaria, distribuidores, feiras e eventos da região	Realizar reunião de briefing; Desenvolver a arte dos folders; Imprimir os folders; Distribuir os folders.	Folder impresso, nota fiscal da gráfica e declaração de recebimento de folders para divulgação por parte de pessoas físicas e jurídicas da região
3.2. Divulgar os produtos e produtores de espécies nativas para mais de 100 estabelecimentos gastronômicos, de varejo e hotelaria, indústrias e prefeituras da região e engajar estes em um grupo de compradores e revendedores dos produtos	Mapear os principais estabelecimentos comerciais da região; Enviar email-marketing de apresentação dos produtos e do projeto; Agendar visita aos estabelecimentos Fechar parcerias com os estabelecimentos.	relatório técnico, registros fotográficos, lista de organizações contatadas e responsáveis, e apresentação das parcerias efetivadas
3.3. Criar uma página-web do projeto e produzir duas postagens por semana nas mídias sociais do Instituto Auá, sobre a proposta de cultivo de espécies nativas e as ações do projeto	Realizar reunião de briefing; Desenvolver o calendário de postagens; Realizar as postagens; Desenvolver a estrutura web e a arte da página;	página web criada e posts publicados nas mídias sociais do Instituto Auá
3.4. Realizar um Festival do Cambuci e Mata Atlântica, junto à Rota	Definir as datas dos eventos junto aos parceiros;	Relatório técnico, material de comunicação e registros

Gastronômica do Cambuci e outros parceiros, nos 3 municípios, com pelo menos 10 expositores e 1.000 visitantes cada	Agendar a realização do evento com os participantes; Articular parceiros para realização do evento; Contratar serviços para realização do evento; Realizar o evento; Realizar reunião de avaliação com os participantes.	fotográficos
---	--	--------------

IX – RESULTADOS ESPERADOS

PRODUTO	DESCRIÇÃO	AÇÃO NO PAPI 2020-23	META NO PAPI 2020-23	BENEFÍCIOS	SUSTENTABILIDADE
Relatório da Capacitação e ATER.	80 produtores sensibilizados e 32 capacitados sobre práticas agrícolas de uso da água, conservação do solo e da biodiversidade.	Curso de capacitação da população rural em técnicas de irrigação e boas práticas agrícolas no que se refere aos recursos hídricos.	Realizar ao menos 01 capacitação da população rural em boas práticas agrícolas.	Desperdício de água evitado na produção agrícola.	Os produtores devem continuar a aplicação das técnicas agroecológicas de produção, pois implica em melhoria na venda dos produtos e geração de receita.
		Curso de capacitação em boas práticas agrícolas para redução da contaminação e geração de cargas difusas.	Realizar ao menos 01 capacitação sobre contaminação e geração de cargas difusas.	Melhoria da qualidade do solo e ampliação da biodiversidade nativa nas áreas de cultivo.	

